



INDÍGENAS E AS MOBILIZAÇÕES AGRÁRIAS LATINO AMERICANO

Brenda Martoni Mansur Corrêa da Costa ¹

Claudio Ubiratan Gonçalves ²

RESUMO

O trabalho busca estabelecer uma análise a partir da coleta e análise teórica da produção da geografia, acerca da temática indígena, em uma perspectiva escalar, do macro ao micro. A partir de estudo da relação homem-natureza acompanha o desenvolvimento da Geografia desde a sua origem, perpassando a produção latino-americana sobre a temática até os indígenas do nordeste com foco no em um caso específico deste trabalho, o povo Xukuru do Ororubá, indígenas do Semiárido do nordeste brasileiro. Evidenciar a importância da infância indígena Xukuru do Ororubá, na reelaboração cultural, que vem sendo ameaçada, “folclorizada” e marginalizada desde o período da colonização brasileira até os dias atuais. A metodologia utilizada são os atravessamentos a partir da coleta e análises de dados teóricos e materiais registados dos estudos realizados na geografia, na América Latina e no Brasil na temática indígena até o debate das infâncias. Entendendo que esses povos vem sendo marginalizados, violentados diante das tentativas de apagamento ao longo dos processos históricos e que o ser Xukuru do Ororubá como um povo, onde a resistência perpassa as diferentes idades, em que cada sujeito tem um importante papel de compreender, se afirmar indígena e se mobilizar pelo território e em defesa do povo e não diferente as crianças, consideradas parte fundamental dessa mobilização, em defesa do seu território, do seu povo e da sua cultura que vem se ressignificando para reexistir.

Palavras-chave: Geografia da infância; Indígenas do Nordeste; Xukuru do Ororubá.

ABSTRACT

This study presents an analytical approach based on the collection and theoretical examination of geographic scholarship related to Indigenous issues, viewed through a scalar perspective—from macro to micro levels. It traces the evolution of Geography, focusing on the human-nature relationship, from its origins to Latin American contributions on the topic, culminating in a specific case study of the Xukuru do Ororubá people, an Indigenous group from the semi-arid region of Northeastern Brazil. The research highlights the significance of Xukuru do Ororubá childhood in the process of cultural re-elaboration—a culture that has been threatened, folklorized, and marginalized since colonial times. The methodology involves the intersection of theoretical data and documented material from geographic studies across Latin America and Brazil, extending into discussions of Indigenous childhoods. Recognizing the historical marginalization and violence against these communities, the study emphasizes the role of the Xukuru do Ororubá identity as one of resistance across all ages. Children are portrayed as vital actors in this resistance, actively participating in the defense of their territory, people, and culture, which continues to transform as a means of reexisting.

Keywords: Geography of childhood; Indigenous people of the Northeast; Xukuru do Ororubá.

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, brenda.martoni@ufpe.br;

² Professor da Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, biragraria@gmail.com



INTRODUÇÃO

O trabalho busca estabelecer uma coleta e análise teórica da produção da geografia, acerca da temática indígena, em uma perspectiva escalar, do macro ao micro. A partir de estudo da relação homem-natureza acompanha o desenvolvimento da Geografia desde a sua origem, e os estudos em áreas como antropologia e história perpassando as produções na geografia latino-americana sobre a temática até os indígenas do nordeste com foco no em um caso específico deste trabalho, o povo Xukuru do Ororubá, indígenas do Semiárido do nordeste brasileiro. Evidenciar a importância da infância indígena Xukuru do Ororubá, na reelaboração cultural, que vem sendo ameaçada, folclorizada e marginalizada desde o período da colonização brasileira até os dias atuais.

METODOLOGIA

O trabalho propõe através da metodologia de coleta e análises de dados teóricos e materiais registados dos estudos realizados na geografia, na América Latina e no Brasil na temática indígena até o debate das infâncias. Iniciando com a coleta dos materiais produzidos ao longo da construção do pensamento geográfico na Europa e a sua evolução, seus desdobramentos na América Latina com Quijano, Mignolo, Durssel, Garavito, Mariategui e Grosfoguel em uma perspectiva de uma geografia crítica, que passa refletir sobre o espaço agrário na América Latina em que os povos originários e comunidades campesinas vivenciam processos de violência abusos, por diferentes agentes em diferentes tempos.

Seguindo assim para a temática indígena, do que vem sendo discutida sobre o assunto, nas diferentes áreas de conhecimento, como antropologia, história etc., até imergimos na geografia. Debate que ainda se encontra em uma fase ainda inicial, com estudos voltados para indígenas da região norte e centro oeste do Brasil. Com a pesquisadores e pesquisadora geógrafos indígenas Eliel Benides, Gasodá Suruí, Marcia Kambeba, e não indígenas com indígenas e não indígenas geógrafos e geografas pesquisadores. como estudiosos como Sandoval do Amparo, Roberta Ruso, Camila Salles, Juliana Mota, Emerson Guerra, Bernardo Mançano, Marcos Avelar, Ariovaldo de Oliveira e Marcos Aurélio Saquet.

Após esse movimento discutimos então os estudos sobre o um povo indígena Xukuru do Ororubá, indígenas do semiárido do Nordeste, habitando a região do Agreste e nas cidades de Pesqueira e Poção no estado de Pernambuco de interesse para fim dessa pesquisa, considerada a sexta maior população indígena urbana do Brasil segundo o censo de 2022.

Compreendendo seu processo histórico desde o início da colonização do Brasil, observando que até hoje esses povos vêm sendo marginalizados, violentados diante das



tentativas de apagamento ao longo dos processos históricos e que o ser Xukuru do Ororubá como um povo, onde a resistência perpassa as diferentes idades, em que cada sujeito tem um importante papel de compreender, se afirmar indígena e se mobilizar pelo território e em defesa do povo.

Evidenciar a ausência de estudos da geografia acerca da infância indígena Xukuru do Ororubá, e a sua importância na reelaboração cultural, que vem sendo ameaçada, folclorizada e marginalizada, desde o período da colonização brasileira até os dias atuais. Ancorado no pensamento de Vigotski (1930) de que as crianças são autoras, apresentação autonomia e um potencial de criação, e a leitura do povo Xukuru de que as crianças, são consideradas parte fundamental dessa mobilização, em defesa do seu território, do seu povo e da sua cultura que vem se ressignificando para reexistir.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da relação homem-natureza, acompanha o desenvolvimento da Geografia desde a sua origem. A análise das regularidades, na localização do homem e de suas atividades, procurando compreender a lógica, dessa distribuição sobre a superfície terrestre. Essa divisão está implicada na variação no espaço, objeto de estudo da Geografia, ela apresenta também uma lógica temporal, ou seja, a relação homem-natureza, variando ao longo do tempo.

As organizações espaciais, constituídas pela sociedade, caracterizam-se por um processo de mudanças nas formas de combinar os elementos sociais e naturais. A indissociabilidade espaço/tempo, é uma característica importante da análise geográfica e passa pelo entendimento de como o homem reagiu, e vem reagindo às influências da natureza ao longo do tempo. Por outro lado, a interpretação pela ciência, destas diferentes formas de reação também varia ao longo do tempo, acompanhando as transformações das ideias, e dos paradigmas científicos.

Neste sentido, a Geografia se preocupava apenas com o espaço, entendendo o local como atuação da sociedade, mas também com a conotação temporal, que produza uma proposta diferente, com o passar do tempo, a cada evento geográfico, seja ele um rio, uma fábrica, uma propriedade agrícola, uma cidade. Entender e caracterizar os eventos geográficos também variou no tempo e as mudanças nas formas de interpretar o espaço e as distribuições espaciais determinaram conjuntos de procedimentos e de temáticas distintos.

A consolidação, dos diferentes campos de interesse, para cada evento geográfico, resultou em conjuntos sistematizados: o da Geografia Humana e Física em princípio, o da Geografia da População, Geografia Agrária, o que possibilitou a realização de estudos mais



aprimorados e especializados, mas todos preocupados em definir seu foco considerando a relação homem/meio-homem/homem, componentes fundamentais da análise geográfica.

Da análise geral para a particular, cada campo de interesse passou por transformações variadas que em nenhum momento deixaram de acompanhar as mudanças gerais por que passava a Geografia. A história do pensamento geográfico retratou o próprio surgimento dos campos de interesse, à medida que os novos paradigmas ou escolas tendiam a adequar-se às necessidades de interpretação impostas pelas transformações da sociedade.

Nessa perspectiva, o interesse geográfico pelo estudo do meio rural alcançou um papel de destaque no contexto da ciência geográfica, sendo contemporâneo ao desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e início do XX.

Considerando-se, a agricultura a atividade econômica mais antiga da sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural. A Geografia Agrária apresenta uma história muito particular no tocante ao desenvolvimento da Geografia: o conhecer a superfície da terra e detectar as formas de exploração, cultivos e técnicas, aparece como a primeira forma de analisar a agricultura.

Entendendo que a matriz cultural implementada no Brasil, é com base no colonialismo eurocentrista e capitalista. Propondo uma compreensão de formação da modernidade, que em seguida será estabelecida uma dependência econômica como produto da colonialidade. Desdobrado, na chamada colonialidade do poder, enquanto produto da invasão ibérica do continente americano. Para tanto, utilizar-se-á, como método, o materialismo histórico e dialético auxiliando na verificação das contradições fundamentais na América Latina e na diferenciação das várias etapas de desenvolvimento dessas contradições e fenômenos.

Como consequência, as construções subjetivas dos povos originários do continente foram apagadas. Assim, na construção colonial epistemológica, o conhecimento advindo da Europa sempre foi considerado correto, científico, racional e superior, enquanto toda a produção advinda de outra origem geográfica foi configurada como inferior e não racional. A difusão mundial dessa ideia, levou ao silenciamento e à invisibilização de outros conhecimentos que não fossem o europeu, principalmente das culturas do sul global, marginalizada nesse projeto civilizatório homogeneizador e uniformizador que não considerou a grande pluralidade que compõe as sociedades, de modo que alguns segmentos societários não puderam participar, não eram considerados sujeitos de direito.



Segundo o materialismo histórico, a divisão do trabalho e da produção, gera classes sociais e interesses antagônicos e inconciliáveis entre essas classes, levando-as a uma luta permanente pelo poder econômico e político na sociedade. Assim, para explicar um fato histórico, deve-se examinar qual a consciência jurídica, política e social contida nas classes em luta e o modelo que caracteriza essas classes Politzer (2018).

Trata-se de detectar as contradições fundamentais e secundárias na relação social e na diferenciação das várias etapas de desenvolvimento dessas contradições e fenômenos à base das contradições geradas pelo processo histórico de divisão do trabalho e da produção, pelo qual cada camada social cria e forma sua consciência sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais de produção correspondentes (MARX, 1978, p. 224).

Em 1492, no início da invasão, conquista e colonização dos europeus, a criação da identidade latino-americana como outro, o encobrimento das culturas originárias e o nascimento da modernidade. Quando a Europa se reconhece como centro dos acontecimentos e secundariza o restante do mundo, ao passo que cria a subjetividade a ser espalhada como universal e identifica os “novos descobertos” como seres a serem colonizados e civilizados.

A Europa tornou as outras culturas, mundos, pessoas em objeto: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogito cogitatum, europeizado, mas imediatamente ‘en-coberto’ como Outro. O outro constituído como o Si-mesmo. O ego moderno “nasce” nesta autoconstituição perante as outras regiões dominadas. (DUSSEL, 1993, p. 36)

A segunda imagem da “conquista” e caráter material e prático, passa do reconhecimento do território e dos povos para a efetiva dominação e controle das pessoas modernidade como um processo fundado numa relação de violência, o conquistador, dito homem moderno, que se impõe ao Outro, a primeira experiência da modernidade, a dominação do ego europeu sobre o não ego do Outro.

A “conquista” é um processo militar, prático, violento que inclui dialeticamente o Outro como o “si-mesmo”. O Outro, em sua distinção, é negado como Outro e é sujeitoado, subsumido, alienado a se incorporar à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como “encomendado”, como assalariado (nas futuras fazendas), ou como africano escravo (nos engenhos de açúcar e outros produtos tropicais). (Dussel, 1993, p. 44)

Para Walter Mignolo (2007, p. 28) a América nunca foi um continente a se “descobrir” e que o descobrimento nada mais foi do que uma invenção forjada pela história colonial europeia e consolidada pela expansão das ideias e instituições ocidentais.



A noção de colonialidade no contexto da América Latina é apresentada por Quijano (2005a) como bases do novo padrão de poder formado e estabelecido pela ideia de raça como diferenciadora de identidades sociais, utilizada para legitimar o processo de colonização e dominação europeu sobre os povos latino-americanos.

Conforme o autor, o sentido moderno de raça, utilizado para classificar seres humanos, não tinha uso conhecido até a colonização americana. Foi na América que se iniciou a distinção entre pessoas a partir de diferenças fenotípicas, relacionadas nesse momento à criação de distinções entre colonizadores e colonizados (QUIJANO, 2005a, p. 107).

Walter Mignolo (2007) discute o racismo, enquanto sistema utilizado pelos europeus para anular todas as outras histórias em prol da sua. Para o autor, os europeus construíram e utilizaram um sistema classificatório, possibilitando a marginalização de determinados conhecimentos, línguas e pessoas, dessa forma justificando a apropriação da terra e a exploração de mão de obra.

Al encontrarse frente a grupos de personas que hasta el momento desconocían los colonizadores cristianos de las Indias Occidentales [...] definieron a los individuos basándose en su relación con los principios teológicos del conocimiento, considerados superiores a cualquier otro sistema existente. A mediados del siglo XVI, Las Casas proporcionó una clasificación de los bárbaros que, claro está, era una clasificación racial aunque no tuviese en cuenta el color de la piel. Era racial porque clasificaba a los seres humanos en una escala descendente que tomaba los ideales occidentales cristianos como criterio para la clasificación. La categorización racial no consiste simplemente en decir “eres negro o indio, por lo tanto, eres inferior”, sino en decir “no eres como yo, por lo tanto, eres inferior”, designación que en la escala cristiana de la humanidad incluía a los indios americanos y los negros africanos ³. (MIGNOLO, 2007, p. 13).

Foram então criadas novas identidades sociais: índios, negros e mestiços para diferenciar os novos povos entre si e estes dos colonizadores, que atribuíram a si próprios a denominação de brancos. Assim, elegeram a cor como a característica principal, na diferenciação racial. A formação de relações sociais por meio da associação de características biológicas a papéis desempenhados na sociedade, em um período de permanente violência e dominação, fez com que houvesse uma naturalização da maneira como a formação da sociedade era promovida, utilizando a raça como critério de discriminação.

³ Ao se depararem com grupos de pessoas até então desconhecidos dos colonizadores cristãos das Índias Ocidentais [...] eles definiam indivíduos a partir de sua relação com os princípios teológicos do conhecimento, considerados superiores a qualquer outro sistema existente. Em meados do século XVI, Las Casas forneceu uma classificação de bárbaros que, claro, era uma classificação racial, embora não levasse em conta a cor da pele. Era racial porque classificava os seres humanos numa escala descendente que tomava os ideais cristãos ocidentais como critérios de classificação. A categorização racial não consiste simplesmente em dizer “você é negro ou índio, portanto, você é inferior”, mas sim dizer “você não é como eu, portanto você é inferior”, uma designação que na escala cristã da humanidade incluía índios americanos e negros africanos.



A ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser o princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. (GROSFOGUEL, 2008b, p.124).

Esse processo de apropriação, desagregação, controles e conflitos tornou os sujeitos localizados fora da Europa, notadamente africanos e latino-americanos, condenados histórico e geograficamente (Fanon, 2009 [1952]; Maldonado-Torres, 2018), africanos e indígenas fossem de antemão, destinados a subordinação e a inferioridade para serem colonizados, material e imaterialmente.

O controle do território e dos sujeitos e a exploração realizada por vários atores nacionais e internacionais associados a indústria extrativista e neoliberal, provocando conflitos e desigualdades entre Estado e as comunidades indígenas Garavito (2012) reproduzindo a ordem colonial da superioridade europeia sobre a raça e cultura indígena.

Dessa forma o colonialismo segundo Maldonado-Torres (2009) é uma forma particular de expansão do modo capitalista em favor da acumulação e da desumanização sistêmica dos sujeitos colonizados.

Consolidando assim, um novo sistema de dominação social, produto de um processo histórico de destruição do Outro e base para o novo padrão de poder em formação, amparado na naturalização das relações sociais de superioridade europeia e inferioridade americana. Como as supostas diferenças foram criadas em situações de dominação, os traços raciais foram associados a posições e hierarquias sociais.

Ao longo do tempo, essa associação foi naturalizada e tornou-se parte das relações coloniais, transformando-se em um critério de distribuição de lugar e de poder na sociedade. Dessa forma, a ideia de raça, aliada à identidade social que a representa, estabeleceu como um instrumento de classificação social.” (QUIJANO, 2005a, p. 117).

Posteriormente, as novas identidades sociais criadas também foram associadas aos espaços na divisão do trabalho, que se transformou em divisão racial do trabalho, uma nova estrutura de exploração social. Nesse sentido, o trabalho assalariado era privilégio dos brancos; aos índios, foi atribuído o trabalho escravo ou a servidão e, ao negro, o trabalho escravo. Essa associação racista do trabalho foi repetida em todas as colônias europeias nos anos seguintes.

O José Carlos Mariátegui (2010) explica como as relações de dominação e exclusão, foram estabelecidas no período colonial. Sua análise é voltada para o que hoje é o Peru. As sociedades indígenas regiam-se por meio do que chamou de “comunismo agrário”



(MARIÁTEGUI, 2010, p. 69), a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura, desenvolvida fruto do trabalho coletivo e do esforço comum, que proporcionava bem-estar material, abundância de subsistência e crescimento populacional.

Segundo Quijano (2005a) com a colonização, esse sistema foi destruído, os colonizadores se preocupavam unicamente com a exploração de prata e do ouro. Dessa forma os índios, que até então eram vinculados a terra, foram arrancados do solo e de seus costumes e culturas, para o trabalho forçado por meio dos sistemas de mitas. Em que o índio trabalhava por um período geralmente de quatro meses, pois não aguentavam tempo superior devido ao trabalho pesado e depois retornavam à comunidade, que deveria encaminhar outro indígena em substituição. Os índios eram arrancados das comunidades agrícolas e empurrados, junto de suas mulheres e seus filhos, rumo às minas.

A colonialidade do poder foi a lógica que operou na América iniciada no processo de colonização, oprimindo, reprimindo e apagando populações e suas culturas em um contexto de racismo e dominação.

A associação da raça a uma posição na divisão do trabalho possibilitou atribuir aos brancos o privilégio do trabalho assalariado, enquanto os negros e os índios, devido à inferioridade racial atribuída, eram obrigados a se submeter ao trabalho escravo ou à servidão. O que permitiu segundo (QUIJANO, 2005a, p. 120) as bases para o domínio do mercado mundial e para a colonização do resto do mundo foram construídas por meio da destruição, do apagamento e da escravidão dos índios e negros na América.

Dessa forma, não há que falar em “descobrimento”, o que houve foi um “encobrimento” por meio do violento massacre da população originária e de sua cultura, juntamente da imposição dos valores do norte ocidental. Assim, até a forma como a história é contada denota silenciamento.

As palavras “descobrimento” e “invasão”, são dois paradigmas de um mesmo acontecimento, o que os separa é o que Mignolo (2007) denomina de “geografia do conhecimento”; não é apenas uma questão terminológica, mas advém de origens de discursos diversos, enquanto um está relacionado a uma perspectiva imperialista, o outro advém do pensamento crítico de quem foi excluído e obrigado a participar de uma história da qual não crê e não quer pertencer (MIGNOLO, 2007, p. 29).

Deste modo, o processo de invasão-descobrimento-conquista-colonização da América teve como primeiro protagonista da exclusão os povos indígenas. Estes tiveram sua identidade silenciada e marginalizada, seus corpos escravizados e explorados (para o trabalho e para o sexo), sua cultura e conhecimento apagados, sua crença excluída, suas terras expropriadas, de



viver desfigurado Quijano (2005a). A consequência foi a dizimação da população originária e a exclusão histórica daqueles que sobreviveram.

A colonialidade, por sua vez, também foi epistemológica, o padrão de poder formado por meio da tríade, colonialidade-eurocentrismo-capitalismo que atuou no controle de todos os meios de subjetividade, sobretudo na produção de conhecimento e na cultura. Segundo Quijano (2005a, p. 121), três foram os fatores que possibilitaram esse processo. Primeiro, expropriaram as populações casa, corpo e terra; em seguida, reprimiram de todas as formas a produção de conhecimento dos colonizados, sua construção de subjetividade, suas crenças e valores, sua produção de sentidos.

Para iniciar o estudo da temática deste trabalho e do Povo Xukuru do Ororubá é preciso voltar um passo para se compreender os atravessamentos da geografia agrária, na discussão acerca da temática indígena, entendendo que ao longo dos processos históricos, a disputa por territórios, os apagamentos socioculturais e as imposições culturais e religiosos, atravessam a todos os povos, e comunidades tradicionais, que mesmo não sendo sua essência cultural, vinculava a produção da terra como o cultivo, mas o entendimento que o as questões da distribuição fundiária, estão presentes desde o período colonial até os dias atuais, em que o negacionismo de uma posição adotada para com os povos nativos, fossem algo inexistente.

Apoiado no materialismo histórico-dialético, e associado à expropriação forçada de culturas indígenas. Compreendendo a interculturalidade pode ser uma prática de resistência da cultura tradicional dos povos indígenas. Tendo seus desdobramentos, ainda que próximas como as do colonialismo, que foram substituídas apenas das velhas elites para as novas em que até hoje vivenciamos dinâmicas de assassinatos, perseguições e pleitos para junto aos órgãos e organizações retomar uma porção territorial que sempre foram dos povos originários desse país.

Os desdobramentos dessa nova, velha política são os negacionismos históricos, e proposição de marcos para algo que existem muito antes da chegada do homem branco, europeu, oriundo de um sistema, elitista, religiosos. Distinto dos povos que aqui se estabeleciam muito antes de se quer pensar em se colocar caravelas no mar, apoiados em uma ciência, que até pouco tempo negavam a o seu valor.

A conversão dos indígenas, significava humanizá-los, segundo Chamorro (2009), eram considerados sem juízo, indolentes para o trabalho e incapazes para fé. A ponto de serem constantemente violentados e explorados, punidos por não aceitarem a evangelização que deveria ocorrer dentro do sistema colonial o método considerado adequados, queima-se os códices indígenas, pois eles eram considerados primitivos e precisavam ser civilizados, a partir



de 1552, depois de muito indígenas serem escravizados, torturados e mortos para serem considerados sujeitos sem alma Grosfoguel (2016).

Na conquista da América, houve, também, entre os guaranis e os europeus, um sistema missionário e colonial que passou pela conquista espiritual dos indígenas Chamorro (2004 b.), mesmo com a rebeldia por parte dos indígenas, a insistência sistêmica adotada pelos padres jesuítas foi fundamental para o sufocamento e apropriação e dominação portuguesa.

Evidentemente a abordagem e concepção necessita ser diferente da adotada pelo capitalismo eurocentrado e colonial, é necessária uma perspectiva, propositiva, argumentativa de resistência como Quijano (2000) discute, em favor de uma proposta de redes de cooperação e solidariedade e respeito entre as culturas e seus territórios.

2.2- Condição colonial: do macro ao micro

Para compreendermos os sujeitos, o contexto dos sujeitos estudados, será necessário voltar em Milton Santos, nas concepções em “A natureza do espaço” Santos (2002), entendendo que certo fenômeno real não se distingue de si próprio porque buscamos compreender os aspectos constitutivos de modo mais apurado. Pelo contrário, indicando uma mesma realidade, mas com diferentes níveis de entendimento. Assim, em relação à totalidade, o autor afirmou: que ela é:

(...) uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento da análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. (Santos, 2002, p. 92)

Dessa forma a relação na totalidade do espaço, pensando da mesma forma como se reflete para as dinâmicas de vida e organização do espaço e os processos históricos relacionados a colonização, no formato, como o mesmo aplicado em outros países no mundo e tem um modelo adaptado para as regiões como o nordeste brasileiro. Ressaltando a necessidade do entendimento das relações como escalares, do macro para o micro assim como da totalidade para a unidade, dessa forma possamos nos aproximar dos sujeitos/tema de estudo.

Portanto nesse momento sendo necessário mergulharmos na História e na Antropologia, para compreendermos a situação colonial desde a proposição a descolonização. Os pilares e mecanismos de desarticulação aos reflexos, em diferentes países até a realidade proposta pelas oligarquias no Brasil, região Nordeste e estado de Pernambuco, na cidade de Pesqueira e o povo Xukuru do Ororubá.



Ainda que nas narrativas sejam tratados processos de descolonização, esses modelos organizações da sociedade ainda permanecem, como as questões aos novo nacionalismos e um reação seguindo o modelo colonial hegemônica. Segundo Pacheco (1988) em seus estudos na Antropologia considera a situação colonial como um fenômeno social Ferreira (2007) e pouco uma situação colonial, em que se impõem agentes transformadores no processo, alguns exemplos mais evidentes são as intervenções na economia monetária (assalariamento), difusão “doou” ensino moderno e a ação da evangelização Padilha (2008).

Essa estrutura propõe abordar o problema teórico da própria natureza da realidade sociocultural, do lugar e constroem um meio para um maior e melhor receptividade as influências estrangeiras. Ao reconhecemos essa situação, compreendemos a diferença entre uma sociedade colonial e uma sociedade colonizada.

Em algumas dessas abordagens é possível entender a situação criada pela expansão colonial das nações europeias se propondo em três grandes frentes a econômica, político administrativa e psicológica (a partir da relação racial). Portanto a nação colonial se inseriu ao longo do tempo no cerne das sociedades colonizadas, insistindo na pacificação e na valorização dos países colonizados. Em que as nações ocidentais não eram vistas nos interesses locais.

Continentes como África, Ásia e Oceania se transformaram pela força por reformas lembrando dois principais pontos a exploração econômica e controle político. A partir de uma lógica de mover a população ou recrutar a mão de obra associada a necessidade da grande economia. Transformando o direito tradicional em relação de autoridade. Como descrito “a colonização foi, por vezes realmente uma cirurgia social”. (CHANCELÉ. 1939, p.35)

Posteriormente ao determinar esta pressão agindo sobre a sociedade colonizada a diversidade de reações subsequentes, o povo no Oriente do Islã e na África negra diferente da África do Sul, no Saara, revelando resistência a influência da nação europeia, pois os fatores externos afetavam a sociedades colonizadas, sendo submetidas a colonização de imposição e choque.

Considerando em um caráter evidente a situação colonial e a importância prática como suposta missão civilizatória, com a utilidade somam vantagens e de lucros que devem escoar da colônia para a metrópole. Portanto a situação colonial aparece como inautenticidade, considerando que cada colonialismo cria uma dependência política e econômica e falta de contato com os nativos, iniciando assim a racionalização e da superioridade da raça branca, a incapacidade dos nativos.

Assim as sociedades colonizadas são produtos do jogo de três forças dificilmente separáveis: economia, política/administrativa e missionarismo. A degradação das economias



tradicionais, através da decomposição da propriedade fundiária e a despossessão fundiária e desenraizamento. Segundo Souza (1992) originando uma nova classe conhecida como burguesia de origens agrárias nascida do proletariado e da associação do contato com a chamada civilização ocidental e o enfraquecimento dos nomeados valores tradicionais.

Um exemplo desse processo é a África do Sul em que a minoria era europeia, a organização política administrativa fazia dos negros trabalhadores manuais compondo aproximadamente 20% da renda nacional. Assim crescendo os êxodos rurais, provocando a proletarianização, indicando que economia, política e raça são associadas. Fazendo com que se considere a situação colonial um complexo e uma totalidade. Os desdobramentos afetaram territórios e famílias, com abertura a uma nova degradação de valores e implantações de economia monetária e as relações sociais e prejuízos para as hierarquias tradicionais.

O abandono do empreendimento político administrativo não pode nos fazer esquecer as influências em algumas partes onde foi implementada, com uma interpretação errada da ação econômica, pois os impostos eram elevados e para pagamento era preciso o nativo deixar a terra plantada. Para Souza (1992), alimentar as construções de empreitadas das indústrias como mão de obra, cujo trabalho e as condições de saneamento, alimentação saúde e financeira fazia desses homens e mulheres coisificação e assim eram explorados.

Porém o desdobramento desse processo foi o enraizamento desse modelo inviabilizando a separação de sociedades nativas de administração colonial territorial. Surgindo este caráter de sociedade dominada que é significativo em toda sociedade colonizada. Torna-se refém de um padrão implementado pelo colonizador e não consegue mais ver além do que está posto.

Seja qual doutrina adotada as relações de dominação e submissão existirá, a questão sociocultural é bastante emblemática para compreendermos as influências europeia que oprimiu as culturas autóctones.

Assim como conduziram a fragmentação étnico sociocultural e a constituição de reagrupamentos artificiais. Na política a intermediação dos europeus com chefes determinado pelos, mesmos, possibilitando a integração ao longo do tempo das sociedades colonizadas e submissão fictícia.

A crítica a esse processo está relacionada a pluralidade sociocultural dessas sociedades, pois as línguas faladas, a alimentação, a vestimenta, a moradia, as tradições são distintas entre si. As indicações de traços específicos formando grupos, a heterogeneidade antagônica que se mantém na condição de coexistir nos limites do quadro político. A minoria europeia dominou a maioria da sociedade nativa, todavia com diferentes estratégias de resistências dessas últimas.



Um exemplo dessa situação são os negros nos Estados Unidos apresentando uma população majoritária, mas o estado social, político e econômico é subordinado. Situação se refletindo nas chamadas comunidades tradicionais e povos originários, que em determinados contextos foram maioria em número, mas nas relações e representatividade no estado social, econômico e político tornaram-se as minorias.

Para resistir precisaram se agrupar em lógicas ainda muito próximas às estruturas impostas pelos europeus. Pesquisadores marxistas com níveis de poder influenciar, que no campo da pesquisa recentemente assumem uma lógica distinta quando a liderança do povo Xukuru do Ororubá ocupa um cargo político na Prefeitura da Cidade de Pesqueira provocando surgir um novo contexto para esse povo, até então em maioria em número, mas somente no atual momento com a apresentação ao estado uma representatividade social, política e econômica.

Portanto as sociedades colonizadas são organizadas etnicamente, fundadas na história nativa pelo poder colonial e com divisões complexas pois balizam os recortes administrativos orientando não apenas as relações de cada etnia com a sociedade colonial, mas também a atitude frente à cultura dos grupos ditos “tradicionalistas conservadores” portanto valorizam os laços sociais e a preservação das instituições ancestrais e o individualismo de uma sociedade eurocentrada e branca.

A sociedade colonizada, sendo então compreendida como organizações diversas anteriores à colonização, porém ela impôs através das missões religiosas o Cristianismo, que com a descolonização deixou sequelas, criando confusões morais entre povos, com a imposição de um modelo religioso para evitar a suposta desordem.

O processo de descolonização apresentou consequências imediatas criou novos hábitos considerados mais “atuais”, a permanência das mudanças através de revoluções, buscando por um monopólio de pensamento e assim iniciando as perseguições aos nativos críticos. Quando interpretado por alguns estudiosos da antropologia a descolonização afetando as mudanças sociais, na reafirmação da adoção do modelo “clássico” do colonizador.

2.3- O processo histórico no Nordeste e do povo Xukuru do Ororubá

No século XVI, a invasão/colonização com os primeiros europeus ao Brasil, inúmeros povos nativos habitavam a atual região nordeste, entre os quais: Tupi, Tupinambá, Tabajara e Caetés, povos citados em muitos dos relatos. Esses povos tinham no modo de organização a agricultura, processo que ao longo da colonização portuguesa houveram muitos conflitos e expulsão e eliminação de alguns povos nativos. No mapa Etno-Histórico de Curt Nimandaju (IBGE, 1980), são citados outros povos originários habitando o estado de Pernambuco: no



litoral Tabajos e Caetes, no interior Sukuru e Pratiò, próximos ao rio Ipanema; os Chocó e Pipipã e nas margens do São Francisco os Caripó e os Tamaquim.

Estevão Pinto (1935) mencionou os “Sukurus” habitando na Serra Branca de São José e de Taperoá (Paraíba), citados por alguns autores.

Hoje apenas entram-se os destroços dessas tabas selvagens. Entre ellas eram conhecidas a dos Chucúrus (são os mesmos Sucurus ou xucurus), próxima a serra do Ororubá. Os missionários do Recife ensinaram-lhe, ali os princípios de religião Catholica e, com estes, noções de agricultura e de industria. Esta Aldeia foi elevada a vila em 1810 com o nome de “Symbres”, hoje Cimbres. (Etnografia, s/d, p.185)

Na Serra atualmente onde hoje habitam indígenas Xukuru do Ororubá. Em junho 1654, D. João IV, o Rei de Portugal assinou um Alvará de sesmaria que a 61 léguas a oeste do Recife seria instalada a missão do Ararobá, o primeiro aldeamento com os padres Oratorianos. Terras que mais tarde, em 1691, foram doadas ao Tenente Coronel Manuel Fonseca Rego, utilizadas para agricultura. Em 1759 a propriedade foi doada pela Diocese como patrimônio para construir em honra a São José onde na atualidade localiza-se a cidade Brejo de Madre de Deus. (Paiva e Souza, 1992)

No aldeamento do Ararobá foi construída uma segunda missão do Padre Sacramento, Congregação dos Oratorianos, iniciando um suposto processo de domesticação dos indígenas não mais considerados bárbaros, mas valentes. Esta missão segundo Pereira da Costa (vol. IV, p.240) contava com 150 casais de indígenas e com uma boa igreja. A partir de 1692 a Igreja Nossa Senhora das Montanhas, foi considerada a primeira igreja matriz na região. (Rocha, 2016)

Segundo Freitas (1989) os indígenas, de modo geral, sempre contribuíram para um o exército, como mão de obra disponível para o trabalho de construções públicas e assim, em virtude de uma seca, foram “solicitados” para ajudar na construção da estrada de ferro, pois não tinham condições de plantar lavouras. Posteriormente os indígenas foram voluntários na Guerra do Paraguai, episódio muito marcante na história Xukuru do Ororubá como comprovado nas memórias orais do povo, indígena, com a promessa de ao retornarem da Guerra teriam um direito a um determinado pedaço de terra como forma de agradecimento por ter lutado na guerra pelo Brasil.

Em 1951 a SPI assumiu a tutela do Xukuru sem regularizar a questão da terra. Processo com um impacto significativo, primeiro pela relação com o território, correspondendo a porção de terras originariamente pertencente ao povo Xukuru do Ororubá, em que nessa área não se considera apenas a extensão, mas o lugar como sagrado, para reprodução dos modos de vida,



cultivo e reprodução religiosa, que sempre foi realizado no local, pelos antepassados do povo. Portanto, a regularização da terra não poderia ser considerada algo para um segundo momento nas negociações.

Segundo e não menos importante, entendendo que enquanto os indígenas estivessem sob a tutela de algum órgão indigenista estatal, os mesmos seriam considerados incapazes e, portanto, não poderiam recorrer, negociar ou tomar qualquer decisão, pois estavam sob tutela de um órgão que responderia pelos indígenas, o que provocou, muitos conflitos, pois os funcionários e ocupam cargos trabalhando nesse órgão, não eram indígenas, não vivenciaram os processos de exploração expulsão repressão nem tentativas de apagamento. Dessa forma, não teriam a competência necessária, para discutir e atender as necessidades do povo Xukuru do Ororubá-

2.4- Produções na temática indígena: Como a geografia vem se inserindo nesse debate?

Um dos grandes desafios para construção dessa tópico, foi a busca por estudos e discussões realizados na área de Geografia no campo da temática indígena, inicialmente de uma forma mais geral e posteriormente afinando esse campo de busca. E criando uma maior aproximação com meu tema de estudo, questionamentos que vem sendo a força motriz, impulsionando nossa pesquisa.

Mas aqui abro um espaço para sinalizar alguns geógrafos e geografas e seus trabalhos que mesmo não sendo efetivamente sobre infância indígena do nordeste e Xukuru do Ororubá, entendo que importante enfatizarmos, que a temática é recente no campo da geografia e que mesmo assim existem pesquisadores indígenas e não indígenas que vem discutindo a temática e aqui citarei alguns nomes para fique claro o papel fundamental das pesquisas, não apenas por serem recentes mas por serem importantes olhares e cuidados de como fazer pesquisa com esses povos tão diversos.

Início pelos indígenas, geógrafo que vem estudando a temática com abordagens tais como Eliel Benides, que traz em seus trabalhos a discussão a cerca do território dos povos Guarani/Kaiowá, associado a uma educação indígena, cosmologia e cinema. Representando as mulheres indígenas e geografas temos Márcia Kambeba da Universidade de Manaus, professora indígena e escritora que através da literatura traz a temática dos seres da floresta e o modo de vida Kambeba. E Gasodá Suruí geógrafo indígena do povo Paiter, da tera indígena Sete de setembro cocal no estado de Rondônia. Em sua pesquisa discute os marcadores territoriais, de etnoconhecimento dos povos originários. Alinhado aos estudos do turismo e do ecoturismo em terras indígenas.



Alguns geógrafos que também não poderia deixar de citar que trouxeram leituras, olhares e aprendizados acerca da temática indígena mesmo assim como eu não sendo indígena. Início pelos trabalhos do Professor Dr. Sandoval do Amparo que traz a luz dos seus estudos e disciplinas ofertada na Universidade Estadual do Pará (UEPA), a teoria da geografia e os saberes com enfoque crítico ameríndia as organizações do território a partir dos saber da ancestralidade indígena na relação sujeito x objeto e na pesquisa a partir dos povos indígenas. no chão de Abyla Yala, os indígenas Kaingang.

Professora Dr.^a Camila Salles de Faria, no Mato Grosso com a temática da luta Guarani pela terra e da resistência indígena em contextos urbanos na cidade de São Paulo. Professora Juliana Grasiéle Bueno Mota, da Universidade Federal da Grandes Dourados discutindo a geografia dos povos indígenas associando a cultura, o território e territorialidades do povo Guarani Kaiowá.

Indo para região Norte do Brasil, enfatizo o trabalho de Professor Dr. Emerson Ferreira Guerra que trabalha com diversos povos indígenas no Brasil em perspectiva territorial. Porém em sua formação pesquisou o Povo Krahô e o Parque Xingu e as terras Timbira.

E finalizando com alguns nomes mais recorridos, pela seus trabalhos de uma trajetória mais longa, como Bernardo Mançano professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) que discute o território e a territorialidade da América alatina pensando a teoria dos territórios, paradigma da questão agraria e do capitalismo agrário e a via campesina Não sendo um pesquisador que discute a temática indígena, mas traz em seus estudos a questão do território de comunidades que vivem do campesinato e criando o conceito de “conflitualidade” no viés dos campesino.

Nessa mesma direção, destaco o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Marcos Aurélio Saquet, que pesquisa o território e a territorialidade, segundo as teorias e processo dos conflitos, em uma leitura da sua experiencia com os processos vividos com os campesinos, mas “inaugura” um novo olhar para os territórios indígenas.

Finalizo com Professor Ariovaldo UMBERLINO de Oliveira, geógrafo e professor da Universidade de São Paulo (USP), que tem como seu campo a geografia agrária, discutindo a grilagem da terra no processo de formação território brasileira abarcando em seus estudos os eixos de luta pela terra e a pressão do capitalismo. Mesmo compreendendo que os povos indígenas não são camponeses, eles possuem as práticas de um cultivo na sua lógica de cultura e ainda sofrem uma pressão sobre o seu território.

Portanto ao fazer uma busca no repositório de teses e dissertações, encontrei algumas produções acerca da temática dos povos indígenas, principalmente em universidades nas



regiões Norte e Nordeste do Brasil. Considerando a mesma metodologia de pesquisa escalar do macro para o micro, na Região Nordeste, foram encontradas produções de trabalhos científicos voltadas para os povos originários.

Parte das pesquisas discutem sobre povos indígenas específicos, e considerando características e/ou práticas específicas, sendo assim utilizando de abordagens nas vertentes da Geografia crítica, como a reflexão sobre os modos de cultivos destes povos em diálogo com a Agroecologia.

Outro viés bastante recorrente foi relacionado ao manejo do solo para cultivo dos povos indígenas, como prática próxima ou possível aos pequenos agricultores. Produzindo um atrito entre os povos originários e a academia/ciência, entendendo que o cultivo e os modos de produção e vida dos indígenas, não é apenas uma técnica, mas um modo de vida de uma relação simbiótica do humano e a Natureza, questão que será discutida mais adiante.

Ainda ser tratando os estudos registrado nos repositórios de pesquisa na Geografia com e para os indígenas, depara-se com pesquisas discutindo a educação geográfica indígena, formação de professores indígenas, livros indígenas. Entendendo as abordagens não vislumbrando um modelo efetivamente nas práticas, mas na proposta e importância de uma reflexão, proposta de currículos e modelos de escolas considerando diálogos entre o previsto no Plano Curricular com o proposto para todas as instituições escolares brasileira.

Porém acrescidos, ou repensados em uma metodologia embricada dos conhecimentos e as relações etnoculturais dos povos indígenas, apresentando especificidades. Entendendo que ser indígena, não significa traçar um modelo, ou uma forma específica de se viver, cultivar, vestir e se relacionar, pois cada povo apresenta características individuais.

“Keesing (1935-1993), partiendo de la idea de que la consideración holística y humanista de la cultura que sintetizaron Kroeber y Kluckhohn incluía demasiadas cosas y demasiado difusas, organizó las distintas propuestas sobre lo que es la cultura en dos grandes bloques: las teorías que consideran las culturas como sistemas adaptativos y las que las consideran como sistemas ideacionales. Estas últimas se subdividen en teorías que consideran las culturas como sistemas cognitivos, como sistemas estructurales y como sistemas simbólicos.

Hemos de tener en cuenta que Ariño (1997) considera que el concepto antropológico de cultura ha evolucionado desde una definición englobante (que incluye la vida material, intelectual y espiritual) a una definición más restrictiva (dimensión simbólica) y que él considera más contemporáneas las teorías ideacionales que las adaptativas.” (Enguix, 2016, p.23.)

Dessa forma, é preciso ter clareza que os estereótipos folclorizações, não definem o ser ou não indígena, pois a cultura para coexistirem em um mundo de contante terraformação e associado a vivência de um modo de vida do homem branco, europeu, explorador foi necessário



um processo de adaptação para reexistir. Em função dos processos histórico e opressivos, vividos pelos, indígenas, fazem com que os mesmos se reúnam para dialogar, reunir forças, se organizar e realizarem trocas socioculturais. Pois nas expressões socioculturais indígenas, assim como os diferentes grupos sociais, ocorrem mudanças ao longo do tempo, e isso não fazendo com que cada povo afirme, a identidade, porque agregou algo da cultura do outro ou como os próprios indígenas dizem a “cultura do parente”.

As mudanças e transformações ocorrem com as expressões socioculturais resistindo nos processos históricos sociais de violências, roubos e tentativas de apagamento não impedindo que os sujeitos reproduzam o modo de ser, como forma de resistência.

Porém em outras áreas como Antropologia e História, a temática indígena vem sendo discutida como pauta de estudos há mais tempo e, portanto, são encontrados diversos temas de pesquisa sobre os diferentes povos originários no nordeste brasileiro. Também pesquisas abordando diferentes temáticas inclusive sobre o povo Xukuru do Ororubá acerca das características socioculturais, processos históricos vividos, alimentação, relação atual e histórica do povo com a cidade de Pesqueira, de ordem político social e econômica.

2.5- Estudos sobre as infâncias indígenas

Destacando uma atenção específica para alguns estudos da pesquisadora, antropóloga e professora na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis (UFSC) Antonella Maria Imperatriz Tassinari, que ministrou uma cadeira sobre Infância indígena no curso de graduação da UFSC, apresentando parte dos seus estudos sobre as temáticas infância, educação, identidade e diversidade sociocultural. Portanto, sendo a principal autora até o momento discutindo a temática da infância indígena com ênfase na etnologia e educação indígena.

Nos estudos, a autora reforçou e destacou a necessidade o valor da educação indígena a ser construída nos espaços vivenciados por sujeitos esses sujeitos. As tese de doutorado, foi a sua primeira pesquisa com o povo indígena Karipuna habitando as margens do rio Curipi no baixo e médio curso no estado do Amapá; posteriormente pesquisou os indígenas na região Sul do Brasil.

No entanto no campo da Geografia as temáticas crianças indígenas, geografia da infância e cartografia e infância e território, são vertentes da Geografia ainda não abordas. Considerando a pesquisa com um caráter desafiador, sobretudo sobre as implicações de tratar de um tema ainda recente, que é a geografia da infância.

Partindo de uma perspectiva marxista dos estudos e entendimento da existência que as crianças têm caráter criador e de autoria, forjados por Vigotski (1896-1934) nos estudos da



criatividade e a imaginação nas crianças, nas pesquisas sobre este tema atualmente se tornou a base fundamental para compreendermos o papel do social e do cultural no fenômeno criativo.

A criatividade é para Vigotski (1932/1987) é um processo presente na cotidianialidade e para melhor compreendermos o autor dividiu em duas formas de construção: a primeira seria a reprodução de fatos vividos, vinculada à memória; e a segunda a capacidade que o humano tem, devido à plasticidade do sistema nervoso e da imaginação, modificar o que está na memória, criando e desenvolvendo novos hábitos. Vigotski afirmou que a capacidade criativa está relacionada com a habilidade humana de lidar com as mudanças.

Segundo Vigotski (1932/1987), as crianças, são sujeitos históricos- culturais, portanto, ao criarem narrativas, extraem os aspectos da vivência como chamada pelo autor, mas não as reproduzem na íntegra, reelaboram e produzindo algo novo. Um exemplo dessa atividade é quando uma criança, senta-se em uma caixa de papelão, se tornando um carro possibilitando ir para qualquer lugar do mundo. Essa combinação do vivido com o novo, para o autor, é a base da atividade criadora da criança.

Entendendo que as experiências dos sujeitos, os aspectos das vivências sejam distintos, consequentemente as narrativas e olhares também serão diferentes. Partindo desse pressuposto proponho um primeiro questionamento: como é ser uma criança indígena? Considerando que vivem outras condições sócio-históricas, as vivências de infâncias diferentes, seja pelo lugar, as expressões socioculturais ou religião, são parte de um povo originário, atravessado pela relação de territorialidade na dialética de conflitos pelas terras constantemente sendo ameaçadas e as retomadas posteriores nessa incessante dialética.

Portanto como pesquisadora essa dinâmica dialógica do território vivido pelo povo Xukuru do Ororubá, atravessando gerações provocando um novo olhar da perspectiva conceitual, sujeito território e o território sagrado. Desses atravessamentos e campo de pesquisa ainda em uma fase inicial na Geografia, sendo necessário construir e manter um diálogo com outras áreas do conhecimento como a História, a Antropologia e a Filosofia, que apresentam discussões mais avançadas e contribuições desde a fase da construção e estruturação da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aprendizados e as reflexões acerca da geografia da infância indígena Xukuru do Ororubá não estão fechados a uma resposta do questionamento na propulsão a pesquisa. Isto é, existe um fio condutor inicial na idealização e interesses no estudo, que na caminhada, idas a campo, nos diálogos e experiências, possibilita a pesquisa em uma outra direção. Entendendo



que a pretensão, não é um resultado ou uma resposta final, mas a abertura de um caminho possibilitando outros estudos posteriores, compreendendo que ao refletimos com sujeitos-território-cultura, sendo algo em constante transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No campo da Geografia as temáticas crianças indígenas, geografia da infância e cartografia e infância e território, são vertentes da Geografia ainda não abordadas. Considerando a pesquisa com um caráter desafiador, sobretudo sobre as implicações de tratar de um tema ainda recente, que é a geografia da infância.

Partindo de uma perspectiva marxista dos estudos e entendimento da existência que as crianças têm caráter criador e de autoria, forjados por Vigotski (1896-1934) nos estudos da criatividade e a imaginação nas crianças, nas pesquisas sobre este tema atualmente se tornou a base fundamental para compreendermos o papel do social e do cultural no fenômeno criativo.

A criatividade é para Vigotski é um processo presente na cotidianialidade e para melhor compreendermos, o autor dividiu em duas formas de construção: a primeira seria a reprodução de fatos vividos, vinculada à memória; e a segunda a capacidade que o humano tem, devido à plasticidade do sistema nervoso e da imaginação, modificar o que está na memória, criando e desenvolvendo novos hábitos. Vigotski afirmou que a capacidade criativa está relacionada com a habilidade humana de lidar com as mudanças.

Considerando que as experiências dos sujeitos, os aspectos das vivências sejam distintos, consequentemente as narrativas e olhares também serão diferentes. Partindo desse pressuposto proponho um primeiro questionamento: como é ser uma criança indígena? Considerando que vivem outras condições sócio-históricas, as vivências de infâncias diferentes, seja pelo lugar, as expressões socioculturais ou religião, são parte de um povo originário, atravessado pela relação de territorialidade na dialética de conflitos pelas terras constantemente sendo ameaçadas e as retomadas posteriores nessa incessante dialética.

Portanto como pesquisadora essa dinâmica dialógica do território vivido pelo povo Xukuru do Ororubá, atravessando gerações provocando um novo olhar da perspectiva conceitual, sujeito território e o território sagrado. Desses atravessamentos e campo de pesquisa ainda em uma fase inicial na Geografia, sendo necessário construir e manter um diálogo com outras áreas do conhecimento como a História, a Antropologia e a Filosofia, que apresentam discussões mais avançadas e contribuições desde a fase da construção e estruturação da pesquisa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção deste material, desde a das leituras, para coleta de informações e dados, as idas a campo para realizar a pesquisa com as crianças Xukuru do Ororubá, trouxeram inúmeras vivências, mas a de maior importância e significados nas mobilizações e a afirmação do ser indígena no séc. XXI diante do racismo, preconceitos, o fenótipo “folclorizado” desconsiderando processos históricos vivenciados desde a catequeses pela Igreja Católica Romana, a dominação dos latifundiários contra os indígenas Xukuru do Ororubá. Indígenas no semiárido pernambucano, nomeados de forma pejorativa como *caboclos*, e determinando como deve ser ou não um indígena. Desconsiderando sobretudo que a afirmação sociocultural significa antes de tudo se reinventar para resistir, portanto se adaptando para resistir, afirmando o ser Xukuru do Ororubá no Semiárido pernambucano.

Mas a presença, do efetivo papel de uma infância que os aprendizados são atravessados por conhecimentos trazidos pelos mais velhos de uma cultura, que não está relacionado a uma língua, uma religião, uma forma de se cultivar de compreender a natureza não apenas como recurso, mas o lugar dos guerreiros dos sábios e dos encantados, que ainda agrega saberes ainda oralizados, portanto sujeitos a muitas perdas nas medidas que os mais velhos falecem.

As crianças estão nos diferentes lugares pois o ser Xukuru do Ororubá e carregar tudo o que representa ser um sujeito desse povo e viver na e para luta.

REFERÊNCIAS

- AMPARO, S. D. S.; TARGINO, M. Os korubo da Amazônia geograficidade, tutela e representação indigenista. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 160, 2020.
- ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: LECH, 1980.
- ALMEIDA, Eliene Amorim de (Org). **Xukuru Filhos da Mãe Natureza: uma história de resistência e luta**. Olinda: Centro de Cultura Luís Freire, 1997.
- AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2004. (Dissertação Mestrado em História).
- BENITES, Eliel. **A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá**. 2021. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.
- FIAM-CEHM. **Livro da Criação da Vila de Cimbres (1762-1867)**. Recife: FIAM-CEHM/Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1985.



FERREIRA, Ana Laura Loureiro **“Para outra geração”**: um estudo de Antropologia visual sobre crianças entre os Tingui-Botó (AL). Recife: UFPE, 2010. (Dissertação Mestrado em Antropologia).

Guerra, E. F., & Arruzzo, R. C. **Geografia E Povos Indígenas: Um Panorama Da Produção Brasileira Contemporânea**. revista nera, 2020. 23(54), 115–136.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Poemas e crônicas**: Ay kakuyri tama (eu moro na cidade). Manaus: Grafisa Editora. 2013.

LOPES, Jader Janer Moreira. **Geografia das crianças, geografia da infância**: algumas reflexões para quem produz geografia com as crianças. Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

NUNES, Angela M. **O lugar da criança nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras**. In: SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (orgs.). **Crianças indígenas**: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002, p.236-277.

OLIVEIRA, A. U. (1978) Contribuição aos Estudos da Geografia Agrária: Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen, Tese de Doutorado, DG-FFLCH-USP, Edição do Autor.

OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

SAQUET. M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET. MA. **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

SILVA, Edson. **Os índios na História e a História Ambiental no Semiárido pernambucano, Nordeste do Brasil**. Revista Mutirão, v. v.11, nº II, p. 87-104, 2021.



SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. 2. ed. Recife: EDUFPE, 2017a.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. **Crítica e Sociedade**, v. 7 n° 1, p. 147-172, 2017b.

SURUÍ, Chicoepab et al. **O protagonismo Paiter Suruí no cenário educacional indígena: elementos para um diálogo possível de interculturalidade**. **Polis [En línea]**, Santiago de Chile, n. 38, p.1-20, 2014.

VIGOTSKI. Liev Semiónovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI. Liev Semiónovich. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.